

Desenvolvimento de habilidades sociais de mulheres em situação de violência por parceiro íntimo: Um estudo teórico

Bruno Luiz Avelino Cardoso

Nazaré Costa

RESUMO

O desenvolvimento de relações interpessoais satisfatórias tem contribuído decisivamente para a qualidade de vida e saúde psicológica. Por outro lado, as dificuldades em manter relacionamentos de forma saudável e de utilizar estratégias de resolução de conflitos favorecem a ocorrência de comportamentos que deterioram a relação conjugal, como é o caso da violência contra as mulheres. A permanência em uma relação abusiva está relacionada a diversos prejuízos físicos e psicológicos. A ausência de denúncias desses casos tende a estar vinculada a múltiplos fatores (déficits de habilidades sociais (HS), aspectos emocionais, financeiros, institucionais e regras culturais). Este estudo tem por objetivo demonstrar que o desenvolvimento de HS em mulheres em relacionamentos violentos se constitui como um recurso para o reconhecimento de relações que violam os direitos humanos básicos e auxiliam na tomada de decisão para o enfrentamento de relações abusivas. Considera-se que o uso de HS e HS conjugais (HSC) contribui para o manejo e resolução de conflitos, favorece relacionamentos satisfatórios e competentes socialmente. Assim, o treinamento em HSC é uma ferramenta que pode ajudar a mulher em situação de violência a denunciar o parceiro e encerrar o ciclo de violência.

Palavras-chave: Violência contra as mulheres; violência por parceiro íntimo; habilidades sociais conjugais; habilidades sociais; relacionamento conjugal

ABSTRACT

Development of social skills of women in situation of violence by intimate partners: a theoretical study

The development of satisfactory interpersonal relationships has contributed decisively to quality of life and psychological health. Otherwise, difficulties in maintaining relationships in a healthy way and using conflict resolution strategies favors the use of behaviors that deteriorate the marital relationship, such as violence against women. Staying in abusive relationship is related to several physical and psychological damages. The absence of denunciations of these cases tends to be linked to multiple factors (social skills (SS) deficits, emotional, financial, institutional and cultural rules). The purpose of this study is to demonstrate that the development of SS in women in violent relationships constitutes a resource for the recognition of relationships that violate basic human rights and assist decision making in coping with abusive relationships. It is considered that the use of SS and marital SS (MSS) contributes to management and conflict resolution, favor relationships that are satisfactory and socially competent. Thus, MSS training is a tool that can help women in violent situations to denounce their partner and to finish the violence cycle.

Keywords: Violence against women; intimate partner violence; marital social skills; social skills; marital relationship.

Sobre os Autores

B.L.A.C.
orcid.org/0000-0002-4673-6756
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos, SP
Instituto de Teoria e Pesquisa em Psicoterapia Cognitivo-comportamental
São Luís, MA
brunolacardoso@gmail.com

N.C.
orcid.org/0000-0002-7067-9843
Universidade Federal do Maranhão
(UFMA) – São Luís, MA
naza.pc@gmail.com

Direitos Autorais

Este é um artigo aberto e pode ser reproduzido livremente, distribuído, transmitido ou modificado, por qualquer pessoa desde que usado sem fins comerciais. O trabalho é disponibilizado sob a licença Creative Commons CC-BY-NC



O desenvolvimento de relações interpessoais satisfatórias tem contribuído decisivamente para a qualidade de vida e saúde psicológica das pessoas. Por outro lado, as dificuldades em manter relacionamentos de forma saudável e de utilizar estratégias de resolução de conflitos podem favorecer a ocorrência de comportamentos que deterioram a relação conjugal (Cardoso, 2016; Cardoso & Del Prette, 2017; Plessis & Clarke, 2008). Entre eles, encontra-se a violência contra as mulheres como um problema de saúde pública (World Health Assembly - WHA, 1996).

De acordo com diversos autores (Coelho, Silva, & Lindner, 2014; Dillon, Hussain, Loxton, Rahman, 2013; Krug et al., 2002; Matheson et al., 2015; Shorey, Tirone, Nathanson, Handsel, & Rhatigan, 2012; WHA, 1996), a violência contra as mulheres ocasiona consequências negativas na saúde física (e. g. doenças crônicas, problemas ginecológicos, maior risco à DST's, dificuldades somáticas) e psicológica (e. g. transtornos de ansiedade, depressão, transtorno de estresse pós-traumático, automutilação) das mulheres envolvidas nessa situação. Contudo, ainda que seja classificada como um problema de saúde pública, essa violência tem, muitas vezes, recebido atenção inadequada da sociedade; o que pode cooperar para o agravamento da situação (Cardoso, 2017; Sinclair, 2010). Instituições como o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2011) estimam que, a cada 15 segundos, uma mulher é agredida no Brasil, sendo que 70% dos atos violentos contra a mulher, que resultaram em morte, foram cometidos por parceiros íntimos.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2012), além das consequências negativas na vida das mulheres, estar em uma situação de violência resulta em prejuízos nas relações interpessoais e pode afetar a competência parental, educacional e laboral das famílias das pessoas que sofrem agressão (OMS, 2012). Esse dado é corroborado por diversos autores (Anda et al., 2001; Dube, Anda, Felitti, Edwards, & Williamson, 2002; Murta, Ramos, Tavares, Cangussú, & Costa, 2014) que destacam as altas taxas de transtornos emocionais e comportamentais, problemas escolares e evasão, delinquência juvenil e gravidez precoce como consequências da situação de violência sobre o comportamento dos filhos do casal.

Algumas medidas jurídicas para a punição e/ou advertência dos perpetradores têm sido asseguradas, no Brasil, por meio da Lei 11.340 ("Lei Maria da Penha") de 7 de agosto de 2006 (Brasil, 2006) que é uma política pública com objetivo de proteger e dar assistência às mulheres nesses casos. Todavia, ainda que alguns homens sejam punidos/advertidos pelos atos violentos contra as mulheres, muitos dados sobre a ocorrência desse fenômeno ainda se encontram ocultos/subnotificados (e. g. número e local de ocorrências dos homicídios, dados sobre os casos de violência sexual, prevalência dos tipos de violência, motivo do aumento de taxa de

mortalidade de mulheres negras e pardas) devido à natureza e tipo de violência (Brasil, 2016; OMS, 2012), o que acaba por dificultar a compreensão das dimensões de maiores danos que são causados aos envolvidos na situação.

A ausência de denúncias desses casos tende a estar relacionada a múltiplos fatores como aos déficits de habilidades sociais, aspectos emocionais, financeiros, institucionais e de regras culturais, entre outros (Cardoso, 2017). Por outro lado, comportamentos como o de delatar atos abusivos contribuiria para o mapeamento de relações violentas e para que medidas jurídicas fossem tomadas. Além disso, findar relacionamentos que persistem com agressões consistiria em uma habilidade de resolução de conflitos importante a ser desenvolvida em programas psicoeducativos.

A Lei Maria da Penha preconiza, na seção "Medidas Integradas de Prevenção", a criação de modelos de intervenção que auxiliem no enfrentamento e identificação da violência. Isso se faz necessário pois a situação de violência pode não ser percebida pela mulher ou comunidade como violência. Assim, o ensino das habilidades sociais baseado em requisitos e critérios de competência social, para fornecer conhecimento e instruir tanto à população quanto às mulheres em situação de violência, fazem parte do escopo a ser desenvolvido por programas de atenção à equidade de gênero nas escolas, organizações, unidades de saúde e atendimentos especializados. O reconhecimento das dimensões éticas da competência social, como, por exemplo, a utilização de valores de convivência (dignidade, justiça, equidade, solidariedade, paz, dignidade e outros), se constitui como fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade saudável (Del Prette & Del Prette, 2017; Schraiber, D' Oliveira, Falcão, & Figueiredo, 2005).

As intervenções psicológicas específicas nos casos de violência entre parceiros íntimos (quando ambos pretendem manter o relacionamento e estão disponíveis à mudança) e a utilização de recursos jurídicos (como a denúncia do comportamento violento) podem findar processos de violência. Os fatores emocionais (como os prejuízos na intimidade do casal, expressão de amor e confiança) tendem a dificultar a reabilitação do casal. Assim, um acompanhamento profissional adequado é recomendável para esses parceiros que pretendem manter a relação de forma saudável, comprometida com a competência social e não violenta (Murta et al., 2014). Esses atendimentos, com o casal que não está em situação de risco, focalizariam na superação de déficits interpessoais, na ampliação dos direitos humanos básicos, equilíbrio de reforçadores, na desconstrução de representações tradicionais de gênero, de conjugalidade, de violência, entre outras temáticas e, conseqüentemente, interfeririam de modo positivo na ampliação do repertório de habilidades sociais dos parceiros.

Já em casos graves, o atendimento do casal se mostra

inadequado por envolver risco significativo de reincidência e de agravamento do problema, sem possibilidade de investimento no vínculo conjugal por parte de ambos os pares. Nessas situações, não se pode minimizar a intencionalidade de causar dano a(o) outro(a) e de objetificá-lo(a). Então, faz-se necessário promover autonomia nas mulheres para a tomada de decisão em romper o ciclo violento e assegurar o acesso aos seus direitos sociais. Nesse caso, a intenção de superação do ciclo da violência envolve classes de habilidades como assertividade, resolução de problemas, regulação emocional, comunicação e outras (Cardoso, 2017; Cardoso & Del Prette, 2017; Del Prette, Murta, Cangussú, & Del Prette, 2014)

Aos casais que optam e se comprometem com a mudança, ainda se tornam fundamentais a identificação dos desafios conjugais e a utilização de habilidades sociais conjugais e habilidades sociais gerais para a manutenção saudável da interação. Del Prette e Del Prette (2014) destacam, por exemplo, a relação entre os problemas conjugais e as dificuldades em desempenhar comportamentos de expressão de sentimentos agradáveis. Para esses autores, o autoaperfeiçoamento em habilidades sociais conjugais colabora diretamente para a minimização de conflitos e ampliação da satisfação nas relações familiares. Deste modo, quanto maior o uso de habilidades sociais na relação, menos chances de ocorrer violência (Del Prette et al., 2014). Não obstante a importância das habilidades sociais na relação conjugal, estudo conduzido por Cardoso e Del Prette (2017) sobre o cenário das habilidades sociais conjugais no Brasil identificou nove pesquisas, porém nenhuma sob o enfoque da violência contra as mulheres. Em vista disso, este estudo pretende demonstrar que o desenvolvimento de habilidades sociais de mulheres em relacionamentos violentos constitui um recurso para o reconhecimento de relações que violam os direitos humanos básicos e auxiliam na tomada de decisão para o enfrentamento de relações abusivas.

HABILIDADES SOCIAIS: MARCO TEÓRICO E CONTRIBUIÇÕES PARA AS RELAÇÕES ENTRE PARCEIROS ÍNTIMOS

As relações interpessoais ocupam uma parcela significativa de tempo das pessoas. Quando se trata de relações conjugais, o investimento de tempo para a manutenção da relação é ainda maior. Cardoso e Del Prette (2017) indicam que as interações satisfatórias entre parceiros íntimos são vistas como fonte de equilíbrio e estabilidade emocional. Contudo, desajustes na interação conjugal e a abstenção para utilizar comportamentos socialmente competentes dificultam o equilíbrio de reforçadores e podem resultar, em casos mais graves, em agressões e prejuízos individuais e relacionais.

Como subsídio para superação de possíveis dificuldades

nas interações e compreensão dos relacionamentos interpessoais, encontra-se os estudos no campo das Habilidades Sociais (HS), que provêm de duas fontes de pesquisa. A primeira foi desenvolvida por Wolpe (1958), nos Estados Unidos, como um método interventivo para ansiedade e originou o Treinamento Assertivo (TA). A segunda tem como protagonista Argyle (1967), que desenvolveu estudos na Inglaterra sobre a interação homem-máquina e a descrição do processamento de informações, que suscitou o Treinamento de Habilidades Sociais (THS).

O THS pode ser considerado um campo em ascensão no Brasil (Del Prette & Del Prette, 2017), tendo aplicabilidade em diversos contextos (e. g. saúde, educação, trabalho/organizações), inclusive nas relações entre parceiros íntimos (Cardoso & Del Prette, 2017; Villa & Del Prette, 2013). Os estudos desenvolvidos sob o referencial do THS têm indicado que um repertório elaborado de habilidades sociais está correlacionado a menor vulnerabilidade a transtornos; relacionamentos saudáveis na família; qualidade de vida; resolução de problemas interpessoais; autoconfiança, otimismo, resiliência; rede de apoio e amigos; bom relacionamento afetivo e conjugal (Del Prette & Del Prette, 2017). No caso desse último, para que uma relação conjugal (aquela que acontece dentro de uma interação afetivo-sexual, e. g. namoro, noivado, união estável, casamento e outras) possa ser benéfica para ambos os parceiros, é necessária uma diversidade de comportamentos sociais que colaborarão para o bem-estar do casal. Esse conjunto de comportamentos que favorece um relacionamento conjugal satisfatório e minimiza os conflitos é chamado de habilidades sociais conjugais (Del Prette & Del Prette, 2014; Villa & Del Prette, 2013).

Algumas dessas habilidades foram descritas por Gottman e Rushe (1995), em um estudo investigativo acerca dos modelos de intervenção efetivas com casais. Nessa obra, os autores destacaram habilidades fundamentais para uma intervenção com casais, a qual denominaram de Terapia Conjugal Mínima (TCM, *Minimal Marital Therapy – MMT*). Nesse modelo, os parceiros precisariam: (a) acalmar-se e estar atento aos estados de alteração fisiológica em si e no parceiro; (b) escutar de modo não defensivo e fornecer respostas de empatia; (c) validar verbalmente e não verbalmente a comunicação conjugal, por meio de compreensão empática. Nessa atuação “mínima”, os autores também indicam que os terapeutas que atuam com os casais devem (d) fornecer recursos alternativos para que os casais lidem com os conflitos conjugais ocasionados pelo “ciclo corrosivo” (queixa → crítica → resposta defensiva → desprezo → retirada), e (e) estar atentos aos modelos de persuasão presentes na relação, por meio de afirmações sobre o “outro estar errado” (Gottman & Rushe, 1995).

Outras habilidades que podem contribuir para determinar a qualidade e efetividade das interações que o indivíduo estabelece com o outro são as habilidades sociais gerais (Del Prette & Del Prette, 2012). Essas foram propostas por Del Prette e Del Prette (2014) e incluem: automonitoria; comuni-

cação; assertividade, direito e cidadania; trabalho; civilidade; empatia; expressão de sentimento positivo. Cada uma delas tem sua importância e podem ser desenvolvidas para a superação de déficits interpessoais nas relações conjugais, como é evidenciado na *Tabela 1*.

Tabela 1. Categorização das habilidades sociais aplicadas ao contexto conjugal

Classe	Definição	Importância	Exemplos
Automonitoria	Habilidade metacognitiva que favorece o processamento de informações nas relações interpessoais estabelecidas com o outro, bem como dos próprios pensamentos, emoções e comportamentos em dada situação social. Abrange quatro dimensões: controle da impulsividade, observação do outro, introspecção e reflexão.	O(a) parceiro(a) pode perceber as estratégias de enfrentamento de problemas que utiliza e avaliar se está surtindo efeito na sua relação com o(a) parceiro(a). Assim, identificar quais comportamentos emitir mediante uma avaliação prévia.	"A: Percebi que falei de forma grosseira com meu(minha) parceiro(a) e isto fez com que ele(a) ficasse triste..."
Comunicação (Subclasses: fazer e responder perguntas; gratificar e elogiar; pedir e dar <i>feedback</i> ; iniciar, manter e encerrar conversação)	Processo mediacional entre dois ou mais interlocutores, que abrange como classe (molar) de comportamentos uma série de outros comportamentos menores (moleculares). Esses comportamentos podem ser classificados conforme o seu conteúdo e/ou topografia como verbais, não verbais e paralinguísticos.	O (a) parceiro (a) pode estabelecer momentos de diálogo, estratégias de resolução de problemas adequadas, fornecer <i>feedbacks</i> (principalmente positivos) e reconhecer momentos para iniciar e encerrar conversação. Isso favorece relações saudáveis, manutenção e desfrute das relações sociais.	"A: Como foi o seu dia hoje?" B: Foi muito bom, apresentei um novo projeto no trabalho e foi bem avaliado pelos sócios. E o seu? A: Foi muito interessante também, visitei a escola dos meninos hoje. B: Obrigado (a)! Você é sempre atencioso (a) e preocupado (a) com a aprendizagem dos nossos filhos!"
Civilidade	Conjunto de comportamentos que são denominados pelo senso comum como "boa educação". São vistos como a classe de comportamentos que inclui desempenhos basicamente estabelecidos pelas normas culturais e sociais.	O (a) parceiro (a) pode emitir respostas consideradas socialmente como "boas condutas" e solicitar "favor", "licença", agradecer, saudar etc. Essa classe de comportamentos auxilia no processo de expressão emocional do casal e da construção de outras habilidades que facilitam as interações no contexto conjugal.	"A: Com licença! Pode me passar o prato com a salada, por favor?" "B: Obrigado(a)!"

Nota. Classes e definições adaptadas de Del Prette e Del Prette (2014).

Tabela 2. Continuação

Classe	Definição	Importância	Exemplos
Assertividade, direito e cidadania (Subclasses: manifestar opinião, concordar, discordar; fazer, aceitar e recusar pedidos; desculpar-se e admitir falhas; estabelecer relacionamento afetivo-sexual; encerrar relacionamento; expressar raiva e pedir mudança de comportamento; interagir com autoridades; lidar com críticas)	Habilidade de expressão de sentimentos, pensamentos e direitos, de forma direta e adequada, com controle da ansiedade e respeito aos direitos humanos básicos. Pode ser vista também enquanto uma habilidade de enfrentamento, devido às possibilidades de reações (aversivas em curto prazo por parte do interlocutor).	O (a) parceiro (a) pode apresentar suas opiniões e expressar suas emoções de forma adequada na relação, sem ferir o(a) parceiro(a). Isto pode proporcionar mudanças de comportamento no(a) parceiro(a) e manter relações embasadas nos direitos humanos.	"A: Não gostei da forma que você falou comigo hoje na hora do almoço, na frente dos seus colegas, isso fez com que eu me sentisse zangado(a), gostaria que da próxima vez você me chamasse em particular, para que possamos conversar. Assim nós evitaremos possíveis problemas e teremos um diálogo mais saudável".
Empatia (Subclasses: parafrasear; refletir sentimentos; expressar apoio)	Capacidade de compreender as dimensões afetivas, cognitivas e comportamentais do(a) parceiro (a) e validar os sentimentos/pensamentos/comportamentos por meio da comunicação de apoio e expressão de ajuda ao outro.	O(a) parceiro (a) pode, por meio do comportamento empático, favorecer um relacionamento saudável e evitar déficits interacionais na relação conjugal. Além disto, compreender estados emocionais do parceiro e reconhecer momentos de encerrar possíveis discussões para prevenir desempenhos agressivos.	"A: Realmente imagino que deve estar sendo bem difícil para você o fato de ter sido demitido (a) do seu emprego. Gostaria de lhe dizer que você pode contar comigo para o que precisar".
Expressão de sentimentos positivos (Subclasses: fazer amizades; expressar solidariedade; cultivar o amor)	Habilidade de expressão verbal e não verbal de sentimentos positivos para com o parceiro, por meio da comunicação de afeto com a finalidade de cultivar o amor e manter relações de carinho.	O(a) parceiro (a) pode demonstrar seus sentimentos positivos ao cônjuge e fortalecer o relacionamento afetivo-sexual.	"A: Sua companhia me faz tão bem! Muito bom poder compartilhar de momentos com você!"
Trabalho (educativas)	Capacidade de compreender as questões estruturais do casamento, com equilíbrio entre as atividades acadêmicas/de trabalho e a relação conjugal/afetivo-sexual, assim como atender às demandas educacionais direcionadas aos filhos para a ampliação dos processos de aprendizagem. ¹	O(a) parceiro(a) pode desempenhar comportamentos de cuidado e atenção às atividades de ensino/aprendizagem dos filhos e organizar o seu tempo entre as atividades acadêmicas/de trabalho e a relação conjugal.	"A: Precisamos conversar sobre o comportamento do nosso filho. A professora ligou para mencionar que ele estava com algumas dificuldades na matéria e nos convidou para conversar com ela. Você poderia negociar seu horário de amanhã, no seu trabalho?"

Nota. Classes e definições adaptadas de Del Prette e Del Prette (2014). ¹Definição proposta por Cardoso (2017)

O desempenho de habilidades sociais se contrapõe aos comportamentos agressivos/violentos na relação, facilitam o uso de estratégias de resolução de conflitos, auxiliam no manejo da raiva e se constituem como um dos requisitos de competência social (Cardoso, 2016, 2017; Del Prette et al., 2014). Essa última é definida como atributo avaliativo do desempenho de um parceiro em determinada tarefa conjugal. Esse constructo atende aos objetivos de qualificação da propensão do sujeito em articular pensamentos, emoções e comportamentos, de modo a obter desempenhos com resultados favoráveis a uma relação conjugal positiva em curto, médio e longo prazo, conforme o contexto sociocultural (Del Prette & Del Prette, 2014; 2017).

Assim, Del Prette e Del Prette (2014; 2017) afirmam que, para um desempenho ser avaliado como socialmente competente, suas consequências ou resultados devem contemplar critérios de funcionalidade que estão associados às dimensões instrumental e ética, tais como: consecução de objetivos em uma interação social, manutenção e/ou melhora da autoestima, manutenção e/ou melhora da relação, respeito aos direitos humanos básicos e equilíbrio de reforçadores na relação interpessoal. Com base nesses critérios, a competência social contribui decisivamente para relações interpessoais saudáveis em seus diversos contextos. Esse é o caso dos relacionamentos entre parceiros íntimos, visto que relações baseadas na competência social contribuem para a satisfação conjugal, fortalecimento do vínculo conjugal e aos demais correlatos positivos associados a um bom repertório de habilidades sociais (Cardoso & Del Prette, 2017; Sardinha, Falcone, & Ferreira, 2009; Villa & Del Prette, 2013).

HABILIDADES SOCIAIS E SATISFAÇÃO CONJUGAL

Para que haja satisfação conjugal, três aspectos devem ser considerados. O primeiro refere-se à (a) interação conjugal, ou seja, ao que cada parceiro está satisfeito na relação e a frequência com que ambos buscam pelo contato. O segundo concerne aos (b) aspectos emocionais do parceiro, relacionados à satisfação dos cônjuges com a forma como o outro lida com as emoções. Por fim, aos (c) aspectos práticos do casamento, que consistem no nível de satisfação do cônjuge em relação à organização pessoal, prioridades, regras domésticas e resolução de problemas (Dela Coleta, 1989; Villa, 2005; Villa & Del Prette, 2013).

Pesquisas, conduzidas por Villa e Del Prette (2013) e por Sardinha, Falcone e Ferreira (2009), indicaram que a combinação de habilidades sociais conjugais, como expressões empáticas e assertividade, favorece um relacionamento conjugal saudável, contrapõe os comportamentos agressivos ou passivos na relação e estão diretamente relacionados a altos níveis de satisfação conjugal. Além disso, na medida em que o parceiro adota uma perspectiva da visão do outro, muitos

déficits de interação são evitados, o que facilita as estratégias de enfrentamento e resolução de problemas (Sardinha et al., 2009). Nesse caso, as autoras destacam o comportamento empático como fator preventivo aos desempenhos agressivos e/ou violentos.

Como parte dos resultados do estudo de Villa e Del Prette (2013), verificou-se ainda que a capacidade das mulheres no desempenho do autocontrole da agressividade (e. g. agressão verbal e/ou física) constitui fator preponderante para a satisfação do marido, enquanto que a satisfação das esposas está correlacionada com as habilidades sociais gerais dos homens (e. g. assertividade, comunicação, empatia). Os dados do estudo cooperam para a compreensão de que os parceiros com bom repertório para interações interpessoais e maior expressividade de sentimentos têm companheiras mais satisfeitas com a relação e, como consequência, previnem conflitos no relacionamento.

Não obstante, um estudo realizado com 22 casais heterossexuais, na Nova Zelândia, teve como objetivo elencar, por meio de entrevista, estratégias que ajudam, não ajudam ou são ideais para resolução de conflitos. Os resultados da pesquisa indicaram que comportamentos emocionais excessivos (e.g. chantagens, ciúme elevado), defensividade, reclamações, críticas, desrespeitos, obstrução (retirada), afastamento, esquiva, ataques, culpa ao parceiro, foco em estar correto ("vencer a discussão") e os insultos pessoais são assinalados como prejudiciais para a satisfação conjugal e não auxiliam na resolução dos conflitos. Por outro lado, o uso de habilidades de resolução de problemas que envolvem discussões calmas, falar um de cada vez, ouvir e tentar entender a perspectiva do outro (empatia), identificar o tempo e local oportuno para conversar sobre o problema, envolver uma terceira pessoa para mediar o conflito quando houver um impasse entre o casal, tomar a responsabilidade pelos seus comportamentos, negociar, comprometer-se à mudança durante o conflito, encontrar soluções aceitáveis mutuamente, resolver os problemas antes de ir para cama e focar no problema específico são estratégias que auxiliam na resolução dos conflitos. Por fim, os casais entrevistados apontaram que ser bons ouvintes, apresentar comportamentos empáticos (escuta ativa e fornecer respostas empáticas), ter calma e realizar discussões aprofundadas poderiam ser estratégias ideais para resolução de problemas (Plessis & Clarke, 2008).

Essas estratégias estão diretamente relacionadas com as habilidades de comunicação. De acordo com Cornelius, Shorey e Beebe (2010), déficits nessas habilidades são preditivos de conflito e estão associados à insatisfação conjugal e dissolução do vínculo conjugal. Para os autores, os casais em situação de violência apresentam menos respostas de comunicação adaptativa, o que tende a contribuir para os períodos de agressão.

Como recurso para prevenção de relacionamentos abusi-

vos e manutenção de relações saudáveis, Teixeira, Pinheiro, Lobato, Gondim e Lima (2015) destacaram a importância das habilidades sociais nos relacionamentos amorosos. Essas seriam essenciais para manter o equilíbrio do casal e auxiliar na resolução de problemas na relação. As autoras indicam a assertividade como fator protetivo nos relacionamentos afetivos e que contribui para a diminuição da violência conjugal por parceiro íntimo. A assertividade favorece a livre expressão do casal, a resolução de conflitos, expressão de desagrado e solicitação de mudança de comportamentos. Destaca-se também que o desempenho de respostas assertivas aliado aos comportamentos empáticos propicia um ambiente reforçador e seguro na relação conjugal.

Por conseguinte, Shorey, Cornelius e Bell (2008), em uma revisão com objetivo de analisar criticamente os quadros teóricos explicativos da agressão interpessoal na violência no namoro, mencionaram que indivíduos com histórico de violência nessa etapa de relacionamento, por vezes evidenciam um baixo repertório de habilidades de resolução de problemas e habilidades de comunicação, quando comparados a outros sujeitos não expostos a esse tipo de violência. Para os autores, a ocorrência da violência nas relações íntimas também pode reforçar uma crença de que o comportamento violento é uma maneira bem-sucedida e/ou normal de influenciar os parceiros e ter controle sobre o relacionamento (Cornelius & Resseguie, 2007, Munoz-Rivas, Grana, O'leary, & Gonzalez, 2007, Shorey et al., 2008). Esses dados evidenciam a necessidade de compreender os matizes da violência contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo, a partir dos estudos encontrados no campo teórico-prático das habilidades sociais.

HABILIDADES SOCIAIS E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER PERPETRADA POR PARCEIRO ÍNTIMO

O conceito de "violência" abrange uma polissemia conceitual e abarca diversas teorias que são parciais em suas definições (Minayo & Souza, 1998). Desse modo, essas autoras utilizam o termo *violências*, visto que se refere a um construto múltiplo e diferenciado, que envolve uma tipologia específica. Entre os tipos de violência previstos na literatura, destacam-se os descritos na Lei "Maria da Penha" (Brasil, 2006).

Em linhas gerais, a violência por parceiro íntimo é definida pela Organização Mundial de Saúde (2012) como "comportamento dentro de uma relação íntima que causa dano físico, sexual ou psicológico, incluindo atos de agressão física, coerção sexual, abuso psicológico e comportamentos controladores" (p. 11). Para Krug et al. (2002), também pode ser identificada uma intenção de ocasionar dano ao outro no ato violento. Geralmente, os comportamentos violentos, por parte do perpetrador, acontecem devido a fatores cognitivos ("es-

tou sendo desafiado(a)", "estou perdendo minha autoridade", "devo ser superior", "ela(e) deve estar me traindo", "acho que não sou mais amado(a)", e outras), emocionais (ausência de regulação emocional da tristeza, raiva, inconformidade, tolerância à frustração) e comportamentais (déficits em habilidades sociais gerais e conjugais). Destarte, articulando os conceitos do campo teórico-prático das habilidades sociais (Del Prette & Del Prette, 2014; 2017) e a definição de violência praticada por parceiro íntimo, proposta pela OMS (Krug et al., 2002), pode-se supor que a permanência em relacionamentos abusivos e a emissão de comportamentos violentos indica, além de outros fatores (como os ilustrados na *Figura 1*), déficits de habilidades sociais.

Estudo de caracterização e correlação, realizado por Cardoso (2017), com mulheres em situação de violência perpetrada por parceiro íntimo, que tinham registro em um centro de atendimento à saúde da mulher, identificou que as participantes (com idade média de 35 anos, em sua maioria pertencentes a uma união estável com o autor de violência, com ensino médio completo e com menos de um salário mínimo) apresentaram, de forma geral, um repertório deficitário de habilidades sociais conjugais, principalmente nas classes de empatia/expressividade, autoafirmação assertiva e autocontrole proativo. Ademais, a avaliação das mulheres sobre o comportamento dos seus parceiros indicou que os autores de violência, em sua maioria, dedicavam pouco tempo ao casamento, pouco falavam "palavras bonitas" ou expressavam afeto para as parceiras e não utilizavam respostas que favoreciam à satisfação conjugal.

Consequentemente, também se pode notar um déficit quanto ao preenchimento de critérios para competência social, em suas dimensões ética e instrumental, conforme proposto por Del Prette e Del Prette (2014). As mulheres em situação de violência tendem a apresentar (a) *baixa da autoestima* e outros problemas psicológicos, pois os autores de violência, que também apresentam déficits de competência social, utilizam de palavras depreciativas e intimidativas que ocasionam uma autoimagem distorcida nas mulheres; (b) *não obtenção dos objetivos na relação*, visto que geralmente as mulheres continuam sendo agredidas ou sofrendo na relação sem que haja resolução do problema; (c) sofrimento decorrente da ausência de *mudança ou melhora da relação* com o parceiro; (d) *relação sem equilíbrio de reforçadores*, pois o nível de ganhos é maior (ou exclusivo) para o autor da violência que se beneficia na relação; (e) *restrição quanto aos direitos humanos básicos*, dado que as mulheres ficam limitadas quanto a manifestar opiniões, sair e vir, ter amigas, e outras retenções.

Diversas hipóteses ainda são levantadas para permanência nos relacionamentos abusivos e podem afetar o repertório de habilidades sociais das mulheres em situação de violência por parceiro íntimo (como ilustrado na

Figura 1). Dentre as quais se destacam (a) as normas sociais (estereótipos e regras) que incentivam a permanência das mulheres na relação, independente do que esteja ocorrendo, com o ideal de uma “família intacta”; (b) recursos/respostas da comunidade (aquilo que a mulher alcançará como resultado, e terá como recurso, da comunidade a qual está inserida); e (c) experiência psicossocial (que reforça a vitimização) em que as mulheres utilizam de estratégias (pessoais e sociais) para o abandono da relação, mas não obtêm êxito (Sinclair, 2010). Essas questões podem ser compreendidas pela construção histórico-cultural do gênero, a partir da qual, na sociedade, os cuidados com as tarefas de casa, criação e educação dos filhos eram de exclusividade das mulheres (Dattilio, 2011; Teixeira, 2015). Além disso, padrões culturais de diversos países reforçam a crença de superioridade dos homens e inferioridade das mulheres, sendo essas tidas como passivas e submissas nos relacionamentos, tornando as respostas assertivas passíveis de punição pela cultura a qual o casal pertence (Dattilio, 2011). Esses estereótipos ainda estão sendo (des)construídos na sociedade contemporânea e demandam das mulheres posições diretas (com afirmação dos seus direitos e respostas assertivas).

Ademais, a ausência de recursos pessoais, como, por exemplo, das crenças de autoeficácia, tende a estar relacionada a dificuldades para deixar a relação violenta e utilizar comportamentos voltados à solução de problemas, e da assertividade para tomar a decisão de finalizar a relação abusiva (Cardoso, 2017). As crenças pessoais que as mulheres têm sobre si mesmas, seus parceiros e sobre a relação (cf. Beck, 2013; Beck & Haigh, 2014; Knapp & Beck, 2008) também são indicadores de manutenção de um relacionamento violento. Desse modo, assim como os pensamentos podem determinar a permanência (comportamentos) das mulheres na relação abusiva, eles podem proporcionar sentimentos de afeição (emoções) pelo autor da violência por meio da compreensão de que ele a ama e que aquele é apenas um momento difícil.

Dattilio (2011) afirma que nas relações familiares os parceiros podem ser influenciados mutuamente pelas respostas cognitivas, emocionais e comportamentais um do outro, sendo que cada parceiro desenvolve um esquema específico para a relação. Assim, quanto maior a quantidade de erros cognitivos (distorções cognitivas), mais dificuldades e prejuízos a relação conjugal pode apresentar. Para esse autor, as mulheres em situação de violência apresentam crenças (distorcidas) específicas, que são resultantes de normas sociais e pessoais a respeito dos relacionamentos afetivos (e. g. incapacidade de viver sem o parceiro).

Algumas dessas crenças que as mulheres podem apresentar nesse tipo de relação são ilustradas por Dattilio e Padesky (1990): “Isso não acontecerá novamente”, “Eu não

posso fazer isso sozinha, então não tenho escolha a não ser suportar”, “Eu fiz algo para merecer isso”, “Estamos casados então eu tenho que aguentar isso”, ou “ele estava bêbado por isso este não é um problema sério” (p. 85). Além das mulheres, o autor da violência culpabiliza a parceira, fazendo-a sentir-se responsável pelo ato agressivo, por ter provocado a situação ou não ter obedecido aos seus comandos (Serra, 2011).

Outras crenças que as mulheres podem apresentar, ao tentar denunciar os comportamentos violentos do parceiro, são: “perderei o parceiro que amo!”, “ele não era assim no começo, acredito que ele pode mudar!”, “Se eu denunciar vou perder a chance de manter minha família!”, “caso eu denuncie, ele pode me matar/machucar/ferir!”, “Ele pode prejudicar minha família!”, “Caso eu o perca, não terei sustento financeiro!”, “O que as pessoas irão pensar de mim, caso eu denuncie meu marido?”, dentre outras. Como recurso para intervenção nesse tipo de problema conjugal, o treino de habilidades sociais juntamente a estratégias de reestruturação cognitiva para os pensamentos distorcidos constitui-se uma ferramenta importante para o manejo desses casos (Baucom, Epstein, La Taillade, & Kirby, 2008; Cardoso, 2016; Dattilio, 2011; Dattilio & Padesky, 1990; Zancan, Wassermann & Lima, 2013).

A manutenção das mulheres em relações abusivas também pode estar relacionada às dificuldades financeiras, ocasionada pela dependência das mulheres e da família ao homem; os cuidados com filhos, que requer investimento emocional e financeiro; poucos relacionamentos alternativos, já que em alguns casos, os autores da violência limitam o contato social das mulheres; promessas de mudança feitas pelos autores da violência, utilizando modelos de persuasão e culpabilização das mulheres; medo de retaliação por parte desse autor da violência, que resultam em prejuízos interpessoais e na integridade das mulheres; e pressões sociais (Bell & Naugle, 2005; Brookoff, O'brien, Cook, Thompson & Williams, 1997; Canaan, 2015; Shorey et al., 2012; Short et al., 2000; Zancan et al., 2013), por meio de imposições de um relacionamento ideal que suporta as situações “na saúde e na doença, na alegria e na tristeza, até que a morte os separe”. Esses fatores podem relacionar-se com um vasto ou deficitário repertório de habilidades, enquanto que as habilidades sociais também podem ser afetadas/alteradas por esses problemas (cf. *Figura 1*).

De modo descritivo, procurar por auxílio social denota o desempenho de uma habilidade social. Por outro lado, não saber como fazer isso tende a estar relacionado à ausência de um repertório social elaborado. As respostas da comunidade (pressões e normas) sobre a conjugalidade (e. g. “Se você ama seu parceiro, deve lutar pela sua relação”) devem ser enfrentadas diretamente com habilidades assertivas, com a finalidade de preservar os direitos e a integridade

física das mulheres. Para isso, ampliar a rede de suporte social (desenvolver relacionamentos alternativos) também se torna preponderante para as mulheres enfrentarem relações abusivas (Zapor, Wolford-Clevenger & Johnson, 2015).

Zapor et al. (2015) indicaram que as intervenções que foram eficazes na redução do abuso estavam pautadas na capacitação das mulheres em habilidades como automonitoria (que envolve os recursos pessoais), para reconhecer possíveis ameaças a sua integridade física ou emocional. A ampliação dessas habilidades facilitaria a identificação de promessas fantasiosas do autor da violência e auxiliariam no manejo emocional do medo de retaliação.

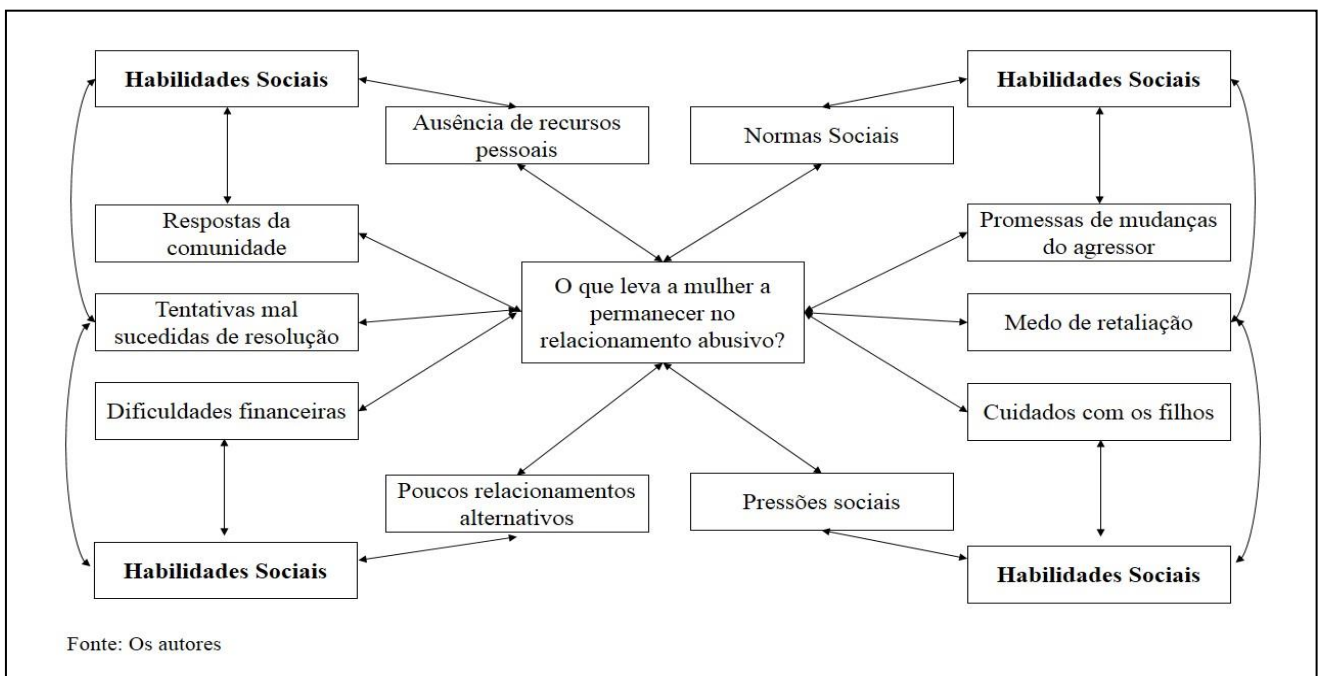
Hosseinkhazadeh e Yeganeh (2013) também identificaram, em estudo experimental, que o treino de habilidades mais amplas (tomada de decisão, resolução de problemas, pensamento criativo, comunicação efetiva, habilidades interpessoais, autoconsciência, empatia, manejo das emoções, manejo do estresse), conforme propostas pela World Health Organization (1994), estava relacionado a níveis maiores de satisfação conjugal. Os autores observaram ainda que essas habilidades proporcionavam estratégias efetivas para resolução de conflitos e redução de comportamentos agressivos na relação.

Dessa maneira, diversos autores (Cardoso, 2016, 2017; Del Prette & Del Prette, 2012; Gottman, 2004; Gottman & Rushe, 1995; Gottman & Silver, 2014; Hosseinkhazadeh & Yeganeh, 2013) destacam a importância do treino de habilidades de comunicação, negociação, expressão de sentimentos e resolução de problemas para uma relação conjugal satisfatória e prevenção de conflitos conjugais. Uma relação conjugal satisfatória, conforme os estudos realizados com casais, envolve diretamente a troca de afeto, proximidade e resolução de problemas (Bolsoni-Silva, Nogueira, & Carvalho, 2015; Cardoso & Del Prette, 2017; Plessis & Clarke, 2008), além de outras habilidades que favorecerão a relação como forma de prevenir e/ou libertar-se de relacionamentos violentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve o objetivo de demonstrar que o desenvolvimento de habilidades sociais de mulheres em relacionamentos violentos constitui um recurso para o reconhecimento de relações que violam os direitos humanos básicos e auxiliam na tomada de decisão para o enfrentamento de relações abusivas. Os achados na literatura indicam que quanto mais elaborado o repertório de habilidades sociais, maior o nível de satisfação conjugal vivenciado na relação (Sardinha et al., 2009; Villa & Del Prette, 2013).

Figura 1. Fatores que levam as mulheres a permanecerem no relacionamento abusivo e interfaces com as habilidades sociais



Por outro lado, os comportamentos agressivos e violentos na relação podem atenuar a satisfação conjugal e estão diretamente associados com um repertório deficitário de habilidades interpessoais e comprometimento socioemocional (Cardoso, 2017; Del Prette & Del Prette, 2007). Nesse sentido, a permanência na relação violenta pode indicar, entre outros fatores (recrudescimento da violência, emocionais, financeiros, institucionais), desequilíbrio na competência social. O comportamento do autor da violência, por sua vez, também se configura como agressivo, por violar os direitos da pessoa agredida e não pautar seu desempenho em critérios de competência social. Ademais, uma relação violenta ocasiona diversos prejuízos na saúde física e emocional das mulheres, podendo levar, em casos mais graves, à morte (Coelho et al., 2014; Dillon et al., 2013; Krug et al., 2002; Shorey et al., 2012; World Health Assembly, 1996).

Desse modo, técnicas e formas de intervenção podem ser utilizadas para os casais em situação de conflito. Inicialmente, torna-se fundamental trabalhar as desigualdades de gênero e as representações culturais do papel das mulheres, para que haja equilíbrio na relação conjugal. O THS aliado a estratégias de reestruturação cognitiva dessas regras sociais (sobre as desigualdades de gênero) facilitariam o desenvolvimento de relações sociais equilibradas. Esse tipo de intervenção, tanto para as mulheres (ou homens) em situação de violência, quanto para prevenir o início e/ou manutenção de relacionamentos abusivos, constitui ferramenta importante para promoção de saúde e consequente ampliação da qualidade da interação conjugal (Del Prette et al., 2014). Essas habilidades podem ser aprendidas e auxiliariam a mulher (ou homem) na finalização da relação e estabelecimento de outros relacionamentos afetivos mais reforçadores, quando for o caso.

Os dados discutidos neste estudo favorecem o incentivo a pesquisas futuras que poderiam caracterizar o repertório de habilidades sociais (gerais e conjugais) de ambos os parceiros da relação violenta. Além disso, poderiam ser correlacionadas as habilidades sociais (gerais e conjugais) entre as mulheres em situação de violência e os autores de violência. Estudos dessa natureza favoreceriam consideravelmente a compreensão desse tipo de relacionamento e poderiam servir como recurso para intervenções focais. Não obstante, estudos experimentais focados no treino de habilidades para o casal em situação de violência que estão comprometidos à mudança poderiam identificar o efeito do programa no relacionamento a curto, médio e longo prazo. Outros estudos também poderiam avaliar o efeito do THS no empoderamento da mulher para deixar, manter e/ou iniciar novos relacionamentos mais satisfatórios, quando o relacionamento persiste em agressões. Espera-se que este estudo tenha suscitado ou respondido algumas questões para o campo e sirva para

nortear pesquisas futuras sob o enfoque das habilidades sociais e violência contra a mulher por parceiro íntimo.

DECLARAÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE

Os autores declaram que não há potenciais conflitos de interesse com respeito a pesquisa, autoria, e/ou publicação deste artigo.

REFERÊNCIAS

- Anda, R. F. et al. (2001). Abused boys, battered mothers, and male involvement in teen pregnancy. *Pediatrics*, 107(2). doi: 10.1542/peds.107.2.e19
- Argyle, M. (1967). *The psychology of interpersonal behavior*. London: Penguin.
- Baucom, D. H., Epstein, N. B., La Taillade, J. J., & Kirby, J. S. (2008). Cognitive-Behavioral couple Therapy. In A. S. Gurman (Org). *Clinical Handbook of couple therapy* (31-72). New York: Guilford Press.
- Bell, M. K., & Naugle, A. E. (2005). Understanding stay/leave decisions in violent relationships: a behavior analytic approach. *Behavior and Social Issues*, 14, 21-45. doi: 10.5210/bsi.v14i1.119
- Bolsoni-Silva, A. T., Nogueira, S. C., & Carvalho, L. H. Z. S. (2015). O papel da interação terapêutica na intervenção com casal de namorados na prevenção de problemas conjugais: um estudo de caso. Em: S. G. Murta, J. S. N. F. Bucher-Maluschke, & G. R. S. Diniz (Orgs.), *Violência no namoro: estudos, prevenção e psicoterapia*. (pp. 283-308). Curitiba: Appris.
- Brasil (2016). *Panorama da violência contra as mulheres no Brasil [recurso eletrônico]: indicadores nacionais e estaduais*. Brasília: Senado Federal, Observatório da Mulher contra a violência.
- Brasil (2006). *Lei Maria da Penha*. Lei Nº. 11. 340, de 7 de Agosto de 2006.
- Beck, A. T., & Haigh, A. P. (2014). Advances in cognitive theory and therapy: the generic cognitive model. *Annual Review of Clinical Psychology*, 10, 1-24. doi: 10.1146/annurev-clinpsy-032813-153734

- Beck, J. S. (2013). *Terapia cognitivo-comportamental: teoria e prática* (2 ed). Porto Alegre: Artmed.
- Brookoff, D., O'Brien, K., Cook, C. S., Thompson, T. D., & Williams, C. (1997). Characteristics of participants in domestic violence. *JAMA: Journal of the American Medical Association*, 277(17), 1369-1373. doi:10.1001/jama.1997.03540410047029
- Canaan, S. (2015). Habilidades Sociais, ansiedade, depressão e estresse de mulheres adultas em situação de dependência afetiva e/ou econômica no contexto da violência baseada no gênero. Em: *V Seminário Internacional de Habilidades Sociais*. Anais do V Seminário de Habilidades Sociais. Pirenópolis: Goiás, Brasil.
- Cardoso, B. L. A. (2017). *Habilidades sociais e satisfação conjugal de mulheres em situação de violência perpetrada por parceiro íntimo*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Maranhão.
- Cardoso, B. L. A. (2016). *Uma proposta de intervenção cognitivo-comportamental focada em habilidades sociais conjugais*. Monografia (Especialização em Psicoterapia Cognitivo-Comportamental). Instituto WP.
- Cardoso, B. L. A., & Del Prette, Z. A. P. (2017). Habilidades Sociais Conjugais: uma revisão da literatura nacional. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 19(2), 124-137.
- Coelho, E. B. S., Silva, A. C. L. G., & Lindner, S. R. (2014). Violência: definições e tipologias. Centro de Ciências da Saúde. *Curso Atenção a Homens e Mulheres em situação de violência por parceiros íntimos – Modalidade a Distância*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Cornelius, T. L., & Resseguie, N. (2007). Primary and secondary prevention programs for dating violence: A review of the literature. *Aggression and Violent Behavior*, 12, 364-375. doi:10.1016/j.avb.2006.09.006
- Cornelius, T. L., Shorey, R. C., & Beebe, S. (2010). Self-reported communication variables and dating violence; using Gottman's marital communication conceptualization. *Journal of Family Violence*, 25, 439-448. doi:10.1007/s10896-010-9305-9
- Dattilio, F. M. (2011). *Manual de terapia cognitivo-comportamental para casais e famílias*. Porto Alegre: Artmed.
- Dattilio, F. M., & Padesky, C. A. (1990). *Cognitive therapy with couples*. Sarasota: Professional Resource Press.
- Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. P. (2017). *Competência social e habilidades sociais: manual teórico-prático*. Petrópolis: Vozes.
- Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. P. (2014). *Psicologia das relações interpessoais e habilidades sociais: vivências para o trabalho em grupo*. Petrópolis: Vozes (11ª edição em 2014).
- Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. P. (2007). Aprendizagem socioemocional na infância e prevenção da violência: questões conceituais e metodologia da intervenção. Em: A. Del Prette, & Z. A. P. Del Prette (Eds.). *Habilidades sociais, desenvolvimento e aprendizagem: questões conceituais, avaliação e intervenção* (pp. 83-127). Campinas: Alínea.
- Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. (2012). *Psicologia das habilidades sociais: terapia, educação e trabalho*. Petrópolis: Vozes.
- Del Prette, Z. A. P., Murta, S. G., Cangussú, E. D. A., & Del Prette, A. (2014). Habilidades sociais, stress e violência no namoro. In M. Lipp, & V. Tricoli, (Orgs.). *Relacionamentos interpessoais no século XXI e o stress emocional* (pp. 150-183). Novo Hamburgo: Sinopsys.
- Dela Coleta, M. F. (1989). A medida da satisfação conjugal: Adaptação de uma escala. *Psico*, 18(2), 90-112.
- Dillon, G., Hussain, R., Loxton, D., & Rahman, S. (2013). Mental and Physical Health and Intimate Partner Violence against Women: A Review of the Literature. *International Journal of Family Medicine*. doi:10.1155/2013/313909
- Dube, S. R., Anda, R. F., Felitti, V. J., Edwards, V. J., & Williamson, D. F. (2002). Exposure to abuse, neglect, and household dysfunction among adults who witnessed intimate partner violence as children: implications for health and social services. *Violence and Victims*, 17(1), 3-17. doi:10.1891/vivi.17.1.3.33635

- Gottman, J.M. (2004). *The social psychophysiology of marriage: Perspective on marital interaction*. Clevedon, Multilingual matters.
- Gottman, J., & Rushe, R. (1995). Communication and social skills approaches to treating ailing marriages: a recommendation for a new marital therapy called "Minimal Marital Therapy". Em: W. O'Donohue, & L. Krasner (Eds.). *Handbook of psychological skills training: clinical techniques and applications* (pp. 287-305). Boston: Allyn and Bacon.
- Gottman, J., & Silver, N. (2014). *O que faz o amor durar?: como construir confiança e evitar traição*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Hosseinkhanzadeh, A. A., & Yeganeh, T. (2013). The effects of life skills training on marital satisfaction. *Procedia – Social and Behavioral Sciences*, 84, 769-772. doi:10.1016/j.sbspro.2013.06.643
- Knapp, P., & Beck, A. T. (2008). Fundamentos, modelos conceituais, aplicações e pesquisa da terapia cognitiva. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 30 (2), 54-64. doi: 10.1590/S1516-44462008000600002
- Krug, E. G. et al. (2002). *World report on violence and health*, Geneva: World Health Organization.
- Matheson, F. I. et al. (2015). Where did she go? The transformation of self-esteem, self-identity, and mental well-being among women who have experienced intimate partner violence. *Women's Health Issues*, 1-9. doi:10.1016/j.whi.2015.04.006
- Minayo, M. C. S., & Souza, E. R. (1998). Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 4(3), 513-531.
- Munoz-Rivas, M. J., Grana, J. L., O'leary, D. K., & Gonzalez, M. P. (2007). Aggression in adolescent dating relationships: prevalence, justification, and health consequences. *Journal of Adolescent Health*, 40, 298-304. doi:10.1016/j.jadohealth.2006.11.137
- Murta, S. G., Ramos, C. E. P. L., Tavares, T. N. G., Cangussú, E. D. A., & Costa, M. S. F. (2014). *Libertando-se de namoros violentos: um guia sobre o abandono de relações amorosas abusivas*. Nova Hamburgo: Sinopsys.
- (OMS) Organização Mundial de Saúde (2012). *Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher: ação e produção de evidência*. Washington: Organização Panamericana de Saúde.
- Plessis, K., & Clarke, D. (2008). Couples' helpful, unhelpful, and ideal conflict resolution strategies: secure and insecure attachment differences and similarities. *Interpersona*, 2, 65-88. doi:10.5964/ijpr.v2i1.18
- Sardinha, A., Falcone, E. M. O., & Ferreira, M. C. (2009). As relações entre a satisfação conjugal e as habilidades sociais percebidas no cônjuge. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(3), 395-402. doi:10.1590/S0102-37722009000300013
- Serra, A. M. (2011). Terapia cognitiva para casais. In: R. Payá (Org.). *Intercâmbio das psicoterapias: como cada abordagem psicoterapêutica compreende os transtornos psiquiátricos* (pp. 720-733). São Paulo: Roca.
- Schraiber, L. B.; Oliveira, A. F. P. L.; Falcão, M. T. C.; Figueiredo, W. S. (2005). *Violência dói e não é direito: A violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos*. São Paulo: Editora UNESP.
- Shorey, R. C., Cornelius, T. L., & Bell, K. M. (2008). A critical review of theoretical frameworks for dating violence: comparing the dating and marital fields. *Aggression and Violent Behavior*, 13, 185-194. doi:10.1016/j.avb.2008.03.003
- Shorey, R. C., Tirone, V., Nathanson, A. M., Handsel, V. A., & Rhatigan, D. L. (2012). A preliminary investigation of the influence of subjective norms and relationship commitment on stages of change in female intimate partner violence victims. *Journal of Interpersonal Violence*, 20(10), 1-22. doi:10.1177/0886260512455520
- Short, L. M. et al. (2000). Survivors' identification of protective factors and early warning signs for intimate partner violence. *Violence Against Women*, 6(3), 272-285. doi:10.1177/10778010022181840
- Sinclair, D. (2010). Por que a mulher permanece em um relacionamento violento? Em: L. C. A. Williams, J. D. Maia, & K. S. A. Rios. *Aspectos psicológicos da violência: pesquisa e intervenção cognitivo-comportamental* (pp. 84-91). Santo André: ESETec.
- Teixeira, C. M. (2015). *Assertividade: escala multimodal e*

caracterização do repertório de mulheres inseridas no mercado de trabalho (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos – SP, Brasil.

doméstica a partir do discurso de mulheres agredidas. *Pensando Famílias*. 17(1), 63-76.

Recebido em: 07/07/2017
Primeira decisão editorial em: 21/02/2018
Aceito em: 20/04/2018

Teixeira, C. M., Pinheiro, R. P., Lobato, J. L., Gondim, L. M. L., & Lima, V. F. S. A. (2015). Assertividade, passividade e agressividade no namoro: um estudo com universitárias de um curso de psicologia. Em: S. G. Murta, J. S. N. F. Bucher-Maluschke, & G. R. S. Diniz (Orgs). *Violência no namoro: estudos, prevenção e psicoterapia* (103-122). Curitiba: Appris.

(UNFPA) Fundo De População Das Nações Unidas (2011). *Direitos da mulher: prevenção à violência e ao HIV/Aids*. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/cartilha_direitos_mulher.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2016.

Villa, M. B. (2005). *Habilidades sociais no casamento: avaliação e contribuição para a satisfação conjugal*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto. Recuperado em 2016-01-31, de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-22012008-083741/>

Villa, M. B., & Del Prette, Z. A. P. (2013) Marital satisfaction: The role of social skills of husbands and wives. *Paidéia*, 23(56), 379-388. doi:10.1590/1982-43272356201312

Wolpe, J. S. (1958). *Psychoterapy by reciprocal inhibition*. Stanford: Califórnia/ Stanford University Press.

(WHA) World Health Assembly (1996). *Prevention of violence: a public health priority*. Geneva: World Health Assembly.

(WHO) World Health Organization (1994). *The development and dissemination of life skills education: An overview*. Division of Mental Health, Geneva: World Health Organization.

Zapor, H., Wolford-Clevenger, C., & Johnson, D. M. (2015). The association between social support and stages of change in survivors of intimate partner violence. *Journal of Interpersonal Violence*. 1-20. doi:10.1177/0886260515614282

Zancan, N., Wassermann, & Lima, G. Q. (2013). A violência